

## **A CRIAÇÃO DA REDE DE ARQUIVOS DE MINAS GERAIS – RAMG**

José Guilherme Ribeiro  
Professor Aposentado da UFOP

Galba Di Mambro  
Professor da UFJF – Diretor do Arquivo Histórico da UFJF

Ivana Parrela  
Assessora do Arquivo Público da Cidade de Belo Horizonte

Ricardo Sodré Andrade  
Discente de Arquivologia da UFBA

### **1. Histórico**

A proposta da Rede de Arquivos de Minas Gerais nasceu inicialmente de uma série de contatos, em meados de 2004, entre os professores Galba Di Mambro e José Guilherme Ribeiro. Com uma idéia ainda muito preliminar esboçada, resolveu-se procurar apoio em outras instituições, de modo a dar mais peso à proposta.

Das instituições contatadas nesse momento, o Arquivo Público da Cidade de Belo Horizonte foi quem mais se interessou pela idéia, tornando-se um dos seus parceiros. A partir da idéia inicial, foi então preparado um projeto, apresentado para financiamento pela Lei de Incentivo à Cultura de Minas Gerais. O projeto foi submetido em fins de 2004, mas não foi aprovado.

Mesmo sem uma aprovação imediata da proposta, resolveu-se continuar trabalhando a idéia da Rede. Ao longo de 2005 foram feitas uma série de atividades junto ao Arquivo Histórico da UFJF, visando aperfeiçoar as soluções técnicas do projeto. Agora, uma nova versão do projeto está sendo preparada para apresentação ao Fundo Nacional de Cultura, do Governo Federal. A previsão dos autores é de que os trabalhos da RAMG comecem a ser desenvolvidos no início de 2006.

### **2. A proposta da RAMG**

A idéia da Rede de Arquivos de Minas Gerais é reunir as instituições arquivísticas mineiras em torno de iniciativas visando à troca de experiências e o aperfeiçoamento técnico. Inicialmente pretende-se trabalhar com os arquivos municipais do Estado, mas a Rede tem vocação para abarcar, indistintamente, outras instituições arquivísticas. Seu objetivo é fazer circular as informações, levantando carências e aspirações, e promovendo mecanismos de superação. A Rede pretende, para isso, utilizar extensivamente os recursos da informática – especialmente as tecnologias ligadas à Internet.

Não existe ainda um modelo muito trabalhado de funcionamento da RAMG. Temos algumas idéias, que devem servir de norte para o desenvolvimento dos seus trabalhos iniciais. À medida que os trabalhos forem se firmando, com a consolidação da Rede, certamente novas perspectivas deverão surgir. Apresentaremos a seguir algumas dessas idéias.

A RAMG deve se estruturar em torno de pólos. Esses pólos devem ter como ponto de partida os arquivos municipais já institucionalizados, universidades e outras entidades que tiverem condições e vontade política de trabalhar como difusores da Rede. Essas instituições seriam integradas através de uma série de convênios, formando a espinha dorsal da RAMG. Uma possibilidade que estamos trabalhando é que a Associação Mineira dos Municípios venha a atuar como instituição parceira da RAMG. O nosso ponto de partida seria então um convênio entre o Arquivo Histórico da UFJF, o Arquivo Público da Cidade de BH e a Associação Mineira dos Municípios.

Os pólos da RAMG devem trabalhar, de maneira integrada, em torno de uma série de iniciativas. A primeira delas seria a constituição do que estamos chamando de um Sistema de Informações Arquivísticas, o SINFARQ-RAMG. Esse projeto será descrito posteriormente nessa comunicação, e é visto como a atividade inicial da Rede de Arquivos. Seu objetivo é preparar e disponibilizar na Internet um guia para cada um dos arquivos municipais já existentes no Estado de Minas Gerais. O projeto é visto como uma oportunidade de desenvolver algumas ações, previstas para a RAMG, em torno de um objetivo comum.

A primeira dessas ações é o aperfeiçoamento de pessoal. Entende-se que os funcionários municipais, de diversos setores da administração pública, e não apenas os diretamente envolvidos com os arquivos municipais, devem ter noções de arquivologia. Essas noções devem abranger a área de gestão documental, mas também a de arquivos permanentes, conservação preventiva de documentos, etc.

Para desenvolver essa linha de ação, seria necessário promover uma série de oficinas de treinamento, que envolvessem uma parcela ampla desses funcionários municipais. O ponto de partida seriam os cursos, oficinas e seminários atualmente já oferecidos pelo Arquivo Histórico da UFJF e pelo Arquivo Público da Cidade de Belo Horizonte. A partir daí, se constituiria um elenco mínimo de cursos, que poderiam ser oferecidos aos interessados.

Uma segunda linha de ação é a implantação de um programa de consultoria. Os ex-alunos dos cursos mencionados anteriormente poderiam obter orientações para questões específicas, junto a um corpo de Consultores reunido em torno da Rede de Arquivos de Minas Gerais. O veículo para essas consultas seria essencialmente a Internet.

Isso nos remete à terceira ação, que seria a manutenção de um site na Web, em torno do qual seriam articuladas as operações da Rede. Esse site poderia ter uma lista de discussões,

bem como articular chats, cursos à distância, edições eletrônicas de material técnico e outras ações semelhantes. O ponto de partida seria a experiência do AHUFJF com a ClioNet - Rede Eletrônica de História, que teve em seus nós a Lista Eletrônica de História do Brasil (hbrasil-1), com mais de 3.000 associados do país e do exterior. Estão no ar a REHB - Revista eletrônica de História do Brasil ([www.rehb.ufjf.br](http://www.rehb.ufjf.br)) e a Clio Edições Eletrônicas ([www.clioedel.ufjf.br](http://www.clioedel.ufjf.br)).

Uma série de outras ações poderiam ser desenvolvidas. A Rede de Arquivos deve trabalhar no sentido de promover o surgimento e a consolidação dessas ações, oferecendo uma infra-estrutura comum a todas elas.

### 3. O projeto do SINFARQ

A atividade inicial da RAMG será a criação de um sistema integrado de informações de pesquisa em arquivos, o SINFARQ-RAMG – Sistema de Informações Arquivísticas da Rede de Arquivos de Minas Gerais.

O SINFARQ foi pensado como uma atividade que visa integrar todas as linhas de ação da Rede de Arquivos (formação de pessoal, consultoria, website, etc.) em torno de uma ação concreta. Sua qualidade, na nossa visão, é a de ser um projeto relativamente barato, relativo às atividades-fim de uma instituição arquivística e que tem potencial para envolver qualquer arquivo do Estado.

O Sistema pretende oferecer um lugar na rede mundial de computadores para a difusão dos instrumentos de pesquisa dos arquivos mineiros. Sua meta imediata é colocar no ar um guia de cada um dos arquivos municipais já institucionalizados no Estado de Minas Gerais. Como ponto de partida, estamos tomando como referência uma lista de 14 instituições municipais mineiras, disponível na Internet.<sup>1</sup>

O projeto deverá se orientar em torno de três tarefas. A primeira delas será fazer uma consolidação da relação das instituições envolvidas, na medida em que a lista citada anteriormente está desatualizada. Para isso será necessário criar algum mecanismo de contato com os municípios mineiros, talvez através da Associação Mineira dos Municípios, citada

---

<sup>1</sup>São as seguintes as instituições listadas: Arquivo Público Municipal de Araguari, Arquivo Público da Cidade de Belo Horizonte, Fundação Museu e Arquivo Público Municipal de Campo Belo, Arquivo Municipal de Caratinga, Biblioteca Antônio Perdigo - Museu e Arquivo da Cidade (Conselheiro Lafaiete), Arquivo Histórico da Cidade de Juiz de Fora, Arquivo Público Municipal Ari Florenzano (Lavras), Arquivo Municipal de Montes Claros, Arquivo Público Municipal de Muriaé, Arquivo Público do Município de Ouro Preto, Arquivo Público Municipal Olímpio M. Gonzaga (Paracatu), Arquivo Público Municipal Cônego Hermógenes Cassimiro de Araújo Brunswik (Sacramento), Arquivo Público de Uberaba, Arquivo Público Municipal de Uberlândia. Listagem disponível em <<http://www.geocities.com/arquivosmunicipais/mg.html>> Acesso em 26 de setembro de 2004.

anteriormente.

Uma outra linha de ação será a elaboração do site para a disponibilização do material. Nesse aspecto, o projeto assume um caráter pioneiro, na medida em que muitas das tecnologias que pretendemos utilizar são relativamente recentes. Pretendemos utilizar um padrão de dados para computadores chamado EAD-DTD e um aplicativo para disponibilização chamado Pleade. O que singulariza essas ferramentas é o fato de terem sido desenvolvidas especificamente para o trabalho com instrumentos de pesquisa em arquivos. Mas à frente falaremos mais sobre elas.

Finalmente, seria necessário trabalhar a preparação dos instrumentos de pesquisa, o que pode envolver, desde a sua adaptação ao formato para computadores até a sua própria elaboração. Nesse sentido, devem ser ministradas oficinas para o funcionários dos arquivos envolvidos, e deve ser montado algum sistema de acompanhamento para a elaboração dos guias.

O projeto para 2006 deve ser desenvolvido num prazo de um ano, e deve envolver inicialmente um número relativamente pequeno de instituições.

Retomando, para encerrar, a questão das ferramentas utilizadas. Os instrumentos de pesquisa do SINFARQ, quando forem elaborados especialmente para o projeto, deverão seguir a norma internacional de descrição arquivística, a ISAD(G).<sup>2</sup> Sem esquecer disso, temos buscado soluções para a informatização desses instrumentos de pesquisa. Nosso estudo nos conduziu a um conjunto de tecnologias ainda pouco difundidas no Brasil, mas que nos parecem promissoras.

A solução que pretendemos adotar está muito ligada a uma linguagem para computadores chamada XML<sup>3</sup>. A XML é uma linguagem para troca de dados entre sistemas de computadores. Seu objetivo é tornar mais fácil a passagem de dados de uma máquina para outra, de um sistema operacional para outro, de um software para outro. Do nosso ponto de vista, o uso da XML tem a principal vantagem da interconectividade. Ou seja, ela facilita a comunicação entre computadores, garantindo que nossos documentos – os instrumentos de pesquisa dos arquivos – não fiquem presos a um determinado sistema, a uma determinada solução, sem se comunicar com os demais.

Com isso em mente, tomamos contato com um padrão XML, uma DTD (Document Type Definition), criado sob os auspícios da Biblioteca do Congresso dos EUA e da

---

<sup>2</sup>CONSELHO INTERNACIONAL DE ARQUIVOS. **ISAD(G) 2001**; Norma Geral Internacional de Descrição Arquivística. 2, ed, adotada pelo Comitê de Normas de Descrição, Estocolmo: 1999. Versão final aprovada pelo CIA. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2001. 119 p.

<sup>3</sup>HAROLD, Elliotte Rusty, MEANS, W. Scott. **XML in a nutshell**: a desktop quick reference. Sebastopol (USA): O'Reilly Associates, 2002. TIDWELL, Doug. **XSLT**: mastering XML transformations. Sebastopol

Associação dos Arquivistas Americanos, chamada EAD (Encoded Archival Description).<sup>4</sup> A EAD é um modelo de dados, uma espécie de estrutura, para a formalização de instrumentos de pesquisa de arquivos. A EAD oferece um modelo de instrumento de pesquisa, suficientemente flexível para abarcar guias, inventários ou catálogos. Ela é constituída basicamente de um conjunto de campos (elementos) e de um modo como esses campos se relacionam. Entre outras características, a EAD é integralmente compatível com a ISAD(G), no sentido de que um documento ISAD(G) pode ser representado pela EAD sem perda de informação.

A outra ferramenta que pretendemos utilizar é um aplicativo, de código livre, desenvolvido na França, com a participação do Ministério da Cultura e do Arquivo Nacional daquele país, chamado Pleade. O Pleade é um mecanismo para a consulta e a pesquisa de documentos EAD. Ele funciona como um ambiente para a publicação na Web de instrumentos de pesquisa codificados no formato EAD.

Um dos conceitos do Pleade é o das *skins*. Uma *skin* é um layout para o site, uma aparência específica que ele assume. Todo o ambiente do Pleade é configurável, permitindo a individualização quase completa de cada site. A configuração se dá através do gerenciamento de arquivos de configuração em XML, e de arquivos em linguagens como XSLT e CSS. Uma característica interessante do Pleade é que ele permite, junto com um outro software – também de domínio público – chamado Navimages, integrar o instrumento de pesquisa com a imagem digitalizada dos documentos.<sup>5</sup>

Essas soluções, como foi dito, são relativamente recentes, e seu emprego no Brasil é muito restrito. Mesmo assim, achamos que sua difusão pode trazer vantagens. Duas delas seriam o fato de alinhar-se com soluções relativamente mais difundidas internacionalmente e o fato de utilizar um conjunto de soluções – em torno do padrão XML, especificamente – voltadas para a permanência e a integração de diferentes sistemas de informação.

---

(USA): O'Reilly Associates, 2001.

<sup>4</sup>SOCIETY OF AMERICAN ARCHIVISTS. **Development of the Encoded Archival Description DTD**, s.d. Disponível em <http://www.loc.gov/ead/eaddev.html>. Acesso em 26 de março de 2005. SOCIETY OF AMERICAN ARCHIVISTS. **Encoded Archival Description Tag Library - Version 2002**. 2002. Disponível em <http://www.loc.gov/ead/tglib/index.html>. Acesso em 26 de março de 2005. PITTI, Daniel V. Encoded Archival Description: An Introduction and Overview. **D-Lib Magazine**. vol. 5, no. 11, novembro 1999. Disponível em <http://www.dlib.org/dlib/november99/11pitti.html>. Acesso em 26 de março de 2005.

<sup>5</sup>Informações sobre o Pleade podem ser obtidas no site oficial do projeto: <http://www.pleade.org/>. Para uma apresentação geral, cf. **PLEADE - Un outil de recherche et de consultation de documents EAD avec la plate-forme SDX 2**. Disponível em <http://www.pleade.org/fr/presentation/annonce.html>. Acesso em 13 de agosto de 2005., e **Présentation générale de l'outil PLEADE**. Disponível em <http://www.pleade.org/fr/presentation/presentation.html>. Acesso em 13 de agosto de 2005. O site do Navimages é <http://sdx.archivesdefrance.culture.gouv.fr/gpl/navimages/fr/>. Para uma descrição geral do projeto, consultar: **NAVIMAGES - Aperçu des objectifs et des fonctionnalités**. Disponível em <http://sdx.archivesdefrance.culture.gouv.fr/gpl/navimages/fr/documentation/overview.html>. Acesso em 13 de agosto de 2005.

#### 4. Conclusão

A proposta que apresentamos nessa comunicação não deve ser vista como definitiva. Estamos apresentando-a com vistas a suscitar o debate, as críticas e as sugestões dos colegas. Nosso interesse é ver a proposta se fortalecer e desembocar num projeto forte, que garanta a permanência da futura Rede de Arquivos de Minas Gerais.